

Prova de Conhecimentos

(Área económica)

Procedimento concursal comum, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 69, de 9 de abril de 2013, conforme o aviso n.º 4733/2013, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de oito postos de trabalho, na categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior, na área económica.

Nome: _____

BI/CC: _____

Lisboa, 26 de outubro de 2013

NOTAS:

Dispõe de noventa minutos para a realização da sua prova.

Leia atentamente o enunciado da prova até ao fim e divida o seu tempo de acordo com o mesmo.

A prova é constituída por trinta e oito questões, uma das quais, a pergunta e a resposta são redigidas em língua inglesa no sentido de avaliar, simultaneamente, os conhecimentos técnicos e de língua inglesa.

Das trinta e oito questões, trinta e sete são de escolha múltipla e uma de desenvolvimento. Nas questões de escolha múltipla deve assinalar a resposta correta de forma clara, com um X no quadrado em frente da resposta. Na questão de desenvolvimento pode responder até ao limite das linhas existentes.

Não é permitida a utilização de telemóvel ou outros dispositivos eletrónicos, com exceção de máquina calculadora sem outras funcionalidades.

A prova é realizada com consulta de legislação e doutrina em papel.

1. Qual das seguintes equações é a correta para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB):	
a) $\text{PIBpm} = \text{Consumo privado} + \text{Formação Bruta de Capital Fixo} + \text{Exportações} - \text{Importações}$	
b) $\text{PIBpm} = \text{Consumo público} + \text{Consumo privado} + \text{Formação Bruta de Capital Fixo} - \text{Exportações} + \text{Importações}$	
c) $\text{PIBpm} = \text{Consumo público} + \text{Consumo privado} + \text{Formação Bruta de Capital Fixo} + \text{Exportações} - \text{Importações}$	X
d) $\text{PIBpm} = \text{Consumo público} + \text{Formação Bruta de Capital Fixo} - \text{Exportações} + \text{Importações}$	

Valor das perguntas de escolha múltipla: 0,5 Valores

2. O PIB pode ser calculado por 3 óticas diferentes:	
a) Rendimento, Consumo, Despesa	
b) Rendimento, Produção e Despesa	X
c) Produção, Despesa, Investimento	
d) Investimento, Consumo, Rendimento	

3. O PIB real consiste em:	
a) PIB nominal expurgado do efeito do crescimento dos preços	X
b) PIB efetivamente observado num determinado país	
c) Multiplicação do deflator do PIB pelo PIB nominal	
d) Nenhuma das anteriores	

4. A conta das Administrações Públicas é publicada no Relatório do Orçamento do Estado cada ano em que tipo de contabilidade:	
a) Contabilidade Pública e Contabilidade Nacional	X
b) Contabilidade Nacional	
c) Contabilidade Pública	
d) Nenhuma das anteriores	

5. Sabendo que o sector S13 – Administrações Públicas é composto por vários subsectores, identifique qual dos seguintes não é verdadeiro:	
a) S13111 – Estado	
b) S13112 – Serviços e Fundos Autónomos	
c) S13113 – Empresas Públicas Reclassificadas	X
d) S1314 – Fundos de Segurança Social	

6. A conta das Administrações Públicas em contabilidade nacional é elaborada de acordo com a seguinte(s) ótica(s):	
a) Ótica de caixa	
b) Ótica de compromisso	
c) Óticas de caixa e de compromisso	X
d) Nenhuma das anteriores	

7. Para o cálculo do saldo em contas nacionais utiliza-se a seguinte fórmula:	
a) Saldo = Receita – Despesa	
b) Saldo = Receita efetiva – Despesa efetiva	X
c) Saldo = Receita efetiva – Despesa efetiva + Receita financeira – Despesa financeira	
d) Saldo = Receita efetiva – Despesa efetiva – Despesa financeira	

8. Os fluxos financeiros associados aos <i>swaps</i> são contabilizados em contas nacionais como:	
a) Consumo Intermédio	
b) Capital	
c) Juros	X
d) Não são contabilizados	

9. A contabilização das Parcerias Público Privadas (PPP) em contas nacionais obedece a determinadas regras específicas. Assim, identifique a forma correta de proceder a esse registo:	
a) Pelo custo total do investimento e no momento em que são classificadas dentro do setor das Administrações Públicas	X
b) Nunca são contabilizadas, pois o investimento é realizado por entidades fora das administrações públicas	
c) Apenas o pagamento de disponibilidade associado ao investimento	
d) Apenas o investimento, e sempre no momento em que é realizado	

10. Os juros pagos pelo Estado pelas obrigações do tesouro emitidas devem ser registados em contas nacionais:	
a) No momento em que são pagos	
b) Especializados ao longo do ano económico	X
c) No fim de cada ano	
d) No início de cada ano	

11. As pensões, que representam uma parcela considerável da despesa da Segurança Social, são contabilizadas em contas nacionais como:

a) Consumo Intermédio	
b) Despesas com pessoal	
c) Prestações Sociais	X
d) Outra despesa corrente	

12. Identifique a frase correta:

a) Os fundos de pensões recebidos pelas Administrações Públicas são contabilizados como receita, pela sua totalidade, no momento em que as responsabilidades são transmitidas	X
b) Qualquer dotação de capital efetuada pelas Administrações Públicas numa empresa tem um efeito negativo no défice	
c) Qualquer aumento de capital efetuido pelas Administrações Públicas numa empresa é considerado um ativo financeiro	
d) Os fundos de pensões recebidos pelas Administrações Públicas são contabilizados como receita, periodicamente, no momento em que são pagas as despesas com as pensões assumidas	

13. O Procedimento dos Défices Excessivos é reportado ao Eurostat em que momentos do ano:	
a) Março e setembro	X
b) Fevereiro e dezembro	
c) Abril e agosto	
d) Fevereiro e setembro	

14. A dívida pública publicada no Procedimento dos Défices Excessivos tem subjacente o conceito de:	
a) Dívida pública da Administração Central	
b) Dívida pública de Maastricht	X
c) Dívida pública especializada	
d) Dívida pública do Eurostat	

15. Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística em Portugal, a Contabilidade passou a basear-se mais em princípios do que em regras. Esta asserção resulta em grande parte da existência de uma estrutura conceptual que aborda os elementos estruturantes do sistema contabilístico, nomeadamente identificando as características qualitativas da informação financeira. Assim, são consideradas como características principais:

a) Tempestividade, representação fidedigna, relevância e comparabilidade	
b) Relevância, materialidade, fiabilidade e compreensibilidade	
c) Compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade	X
d) Neutralidade, plenitude, tempestividade e materialidade	

16. Um conjunto completo de demonstrações financeiras abrange:

a) Um balanço e uma demonstração de resultados	
b) Um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração de fluxos de caixa e uma demonstração de alterações no capital próprio	
c) Um balanço, uma demonstração de resultados e um anexo	
d) Um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração de fluxos de caixa, uma demonstração de alterações no capital próprio e um anexo	X

17. Na preparação das demonstrações financeiras são considerados o regime de acréscimo (periodização económica) e a entidade em continuidade como pressupostos subjacentes. De acordo com o regime de acréscimo:

a) Os gastos e os rendimentos são contabilizados quando pagos ou recebidos	
b) Os ativos significam as quantias que a entidade tem de cobrar aos seus clientes e os passivos dizem respeito às dívidas aos bancos e aos fornecedores	
c) Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem	X
d) Nenhuma das alíneas anteriores	

18. Um ativo é:

a) Um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros	X
b) Um recurso que tem de ser propriedade da entidade como resultado de transações passadas e do qual poder-se-á esperar que fluam fluxos de caixa futuros	
c) Um bem corpóreo que integra o processo operacional da entidade, contribuindo para a geração de rendimentos futuros	
d) Um recurso não controlado pela entidade que poderá gerar obrigações no futuro como resultado de acontecimentos passados	

19. No dia 15 de junho do ano N, adquiriu-se determinado equipamento de transporte, para uso imediato, por um valor X, tendo-se efetuado o pagamento no ano seguinte. Indique qual das afirmações está correta:

a) No ano N a despesa é de X e há custo	X
b) No ano N+1 a despesa é de X	
c) No ano N + 1 não há custo	
d) No ano N há despesa, mas não há custo	

20. Os serviços jurídicos de determinado instituto público indicaram aos serviços financeiros as eventuais indemnizações a pagar decorrentes de processos judiciais relacionados com o cancelamento antecipado de contratos. Em 31 de dezembro do ano N admite-se que, em face da informação disponível, o instituto será condenado no decurso do ano N+1 a pagar o montante de € 200.000 a título de indemnizações às empresas litigantes. Em 31 de dezembro do ano N-1 o saldo da conta 292 – Provisões para riscos e encargos do POCP ascendia a € 100.000, estando o mesmo relacionado com o risco emergente dos processos judiciais atrás citados. Assim, no âmbito dos lançamentos de regularização relativos ao ano N, o instituto público:

a) Não efetua qualquer contabilização, pois não há qualquer execução orçamental em N relativa a estes processos	
b) Divulga estes riscos contingentes na conta de gerência	

c) Proceder ao registo de um passivo e de um custo no montante de € 100.000	X
d) Contabilizar uma despesa de € 200.000 a incorrer no ano N+1	

21. O serviço e fundo autónomo BETA, devido a uma alteração profunda da sua lei orgânica no âmbito de um plano de reestruturação da Administração Central, procedeu à alienação de um equipamento, dado ter deixado de ser necessário em face das novas atribuições. O preço de venda ascendeu a € 15.000 (transmissão isenta de IVA) e o valor líquido contabilístico, na data da alienação – ano N – ascendia a € 18.000, sabendo-se também que o custo de aquisição foi de € 45.000. A vida útil do ativo foi estimada em 10 anos (amortizações a quotas constantes) e o seu valor residual é nulo. Esta operação de alienação deu origem:

a) A uma receita de € 15.000 e a uma menos-valia de € 3.000	X
b) A um proveito de € 15.000 e a uma perda de € 18.000	
c) A um ativo de € 45.000 e a uma receita de € 15.000	
d) A uma mais-valia de 15.000 e uma despesa de € 18.000	

22. Conforme consta no Anexo III da circular da DGO relativa às instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2014, estão definidos 14 programas orçamentais. No âmbito das alterações orçamentais relativas ao reforço de dotações sujeitas a cativos, admita que se recolheu a seguinte informação para o período de janeiro a setembro de 2013:

Tabela: Número de alterações orçamentais – reforço de dotações sujeitas a cativos

Programa	N.º
----------	-----

	Economia	15	
	Saúde	20	
	Segurança interna	40	
	Justiça	50	
	Ciência e ensino superior	80	
Em relação aos programas para os quais se recolheu informação, o número médio de alterações orçamentais é de:			
a) 205			
b) 41			X
c) 40			
d) 70			

23. Tendo por referência a tabela da questão anterior, podemos concluir que a mediana amostral das alterações orçamentais em apreço é de:			
a) 40			X
b) 41			
c) 65			

d) 15	
-------	--

24. O Orçamento do Estado não integra os orçamentos:	
a) Da Administração Local e Regional	X
b) Da Administração Local e Regional e da Segurança Social	
c) Da Segurança Social	
d) Da Segurança Social e dos Serviços e Fundos Autónomos	

25. A regra de ouro do Orçamento estabelece que:	
a) O défice não supere 0,5% do produto interno bruto (PIB) e que o rácio da dívida pública não exceda 60% do PIB	X
b) O saldo global é superavitário	
c) As receitas de capital são superiores às despesas de capital	

d) O défice não supere 3% do PIB	
----------------------------------	--

26. Que princípio orçamental está subjacente à seguinte afirmação: “O orçamento compreende todas as receitas e despesas dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e do sistema de segurança social.”

a) Princípio da Unidade	
b) Princípio da Universalidade	X
c) Princípio da Especificação	
d) Princípio da Não Consignação	

27. Quais as condições necessárias para que a seguinte afirmação possa ser verdadeira: “Os serviços integrados encontram-se em equilíbrio quando apresentam um saldo primário positivo”

a) As receitas são superiores às despesas totais, excluindo os encargos com juros da dívida	
b) As receitas efetivas, excluindo os saldos de gerência, excedem as despesas efetivas	
c) As despesas efetivas, excluídas dos encargos com os juros da dívida, são inferiores às receitas efetivas	X

d) Após dedução dos encargos da dívida na despesa, as receitas excedem as despesas	
--	--

28. O articulado da Lei do Orçamento do Estado contém, como mapa orçamental, o Mapa XVII, «Responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupadas por ministérios». Este mapa compreende:

a) Os compromissos plurianuais aprovados nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) em execução	X
b) Os contratos anuais ou plurianuais que se preveem assumir em cumprimento da LCPA no ano a que o Orçamento respeita	
c) Os compromissos anualmente assumidos independentemente da sua incidência orçamental	
d) Os contratos que se preveem prorrogar para anos seguinte	

29. O Quadro Plurianual de Programação Orçamental define os limites da despesa da Administração Central financiada por receitas gerais, em consonância com os objetivos estabelecidos no Programa de Estabilidade e Crescimento. O financiamento destas receitas não é proveniente de:

a) Impostos diretos	
b) Endividamento	
c) Impostos indiretos	

d) Receita própria dos serviços e fundos Europeus	X
---	---

30. A autorização de despesa não está sujeita à verificação dos seguintes requisitos:	
a) Cabimento no programa orçamental	
b) Conformidade legal, regularidade financeira, economia, eficiência e eficácia	
c) Duplo cabimento, se a despesa for coberta por receita geral	X
d) Cabimento prévio na correspondente dotação do orçamento do serviço	

31. A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) determina que, em regra, as entidades não podem assumir compromissos para além do valor de fundos disponíveis que detenham. Assim sendo, qual das seguintes afirmações é verdadeira?	
a) As entidades podem assumir compromissos acima do limite de fundos disponíveis, desde que autorizada a antecipação de fundos disponíveis que cobrem o valor a comprometer, por despacho do Ministro das Finanças	X
b) As entidades podem assumir compromissos acima das dotações orçamentais disponíveis, por despacho do Ministro das Finanças	
c) As entidades podem assumir compromissos acima do limite de fundos disponíveis, desde que o financiamento seja coberto por receitas próprias	

d) As entidades podem assumir compromissos acima do limite de fundos disponíveis, desde que o financiamento seja coberto por fundos europeus	
--	--

32. Entende-se que estamos perante um compromisso plurianual, nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA):	
a) Se for um compromisso com carácter permanente	
b) Se o contrato prever que o fornecimento vai ocorrer em mais do que um ano	
c) Se faz incidir os pagamentos em mais do que um ano económico	X
d) Se o contrato tem duração superior a 12 meses	

33. Um programa orçamental pode ser executado:	
a) Por vários títulos, desde que as entidades sejam do mesmo subsetor da Administração Central	
b) Por uma ou várias entidades pertencentes ao mesmo ministério	X
c) Por entidades de diferentes subsetores	

d) Por uma ou várias entidades, desde que a classificação funcional das atividades ou projetos seja a do programa	
---	--

34. A votação do Orçamento do Estado tem como prazo limite:	
a) 45 dias após a data da sua admissão pela Assembleia da República	X
b) Até 15 de outubro de cada ano	
c) Uma data aprovada por votação na Assembleia da Republica, quando o Governo tenha tomado posse entre 15 de outubro e 31 de Dezembro	
d) 3 meses a contar da posse do Governo	

35. Durante a execução, o orçamento de cada Programa orçamental pode ser aumentado sem carecer de aprovação da assembleia da república:	
a) Se o reforço tiver como contrapartida a inscrição de um novo programa	
b) Se o reforço tiver como contrapartida a autorização quanto à utilização da dotação provisional	X
c) Se o reforço se efetuar por recurso a transferêcia de verbas entre programas	

d) Por despacho do ministro das finanças	
--	--

36. São Entidades Publicas Reclassificadas:	
a) As entidades que possuam pelo menos dois terços de receitas próprias	
b) As entidades que tenham autonomia administrativa e financeira	
c) As entidades que detenham a forma de empresa, fundação ou associação pública e que tenham sido incluídas em cada subsetor no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, referentes ao ano anterior ao da apresentação do Orçamento	X
d) As entidades que cumpram cumulativamente as alíneas a) e b)	

37. A Conta Geral do Estado é apresentada à Assembleia da República em cumprimento do seguinte prazo:	
a) Até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeite	
b) Até 31 de dezembro	

c) Até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeite	X
d) Nenhum dos anteriores	

38. According to the Budget Outturn Summary Report, published by DGO on 24th July 2013, “until the first semester 2013, General Government (GG) balance according to the Economic and Financial Adjustment Programme (EFAP) criteria attained € 3,845.7 million, a result € 2,154.3 million under the established limit”.

Chart 1 – Limits and implementation of General Government

	€ Millions				
	Mar. 2013	April 2013	May 2013	June 2013	Sep. 2013
EFAP limits	-1.900			-6.000	-7.300
General Government Balance (cash basis)	-1.435	-2.555	-1.789	-4.058	

Please comment.

Critério correção

Setores envolvidos (SFA (inclui EPR);SI; SS, AL,ADR) (20%) 0,3 Valores

Conclusão sobre cumprimento do limite PAEF (15%) 0,225 Valores

Enumerar variáveis de receita e despesa que contribuem para este saldo (15%) 0,225 Valores

Inglês (50%) – 0,75 Valores

